



Indicadores de Pobreza no Agreste Pernambucano: O que os Resultados de Uma Década Evidenciam?

KELLY ALICE BARBOSA MACÊDO (MESTRADA EM ECONOMIA NO PPGECON/UFPE)¹

DANYELLA JULIANA MARTINS DE BRITO (DOUTORA EM ECONOMIA E PROF^a DO PPGECON E DO NG/CAA/UFPE)²

A pobreza e desigualdade social são temas recorrentes na agenda política do Brasil, sendo a erradicação da primeira e a redução da segunda um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, expressos no art. 3º da Constituição Federal de 1988. Um dos instrumentos utilizados pelo setor público para enfrentar os desequilíbrios entre regiões são as políticas regionais, especialmente voltadas para regiões que apresentam historicamente piores indicadores socioeconômicos, tais como as localidades do Norte e Nordeste do país (Cavalcante, 2020). Assim, surge o questionamento: estariam as políticas regionais, de fato, funcionando? A resposta desta questão se dá por duas vertentes: a positiva, assume que as políticas regionais são eficazes ao evitar que as diferenças regionais aumentem ao longo dos anos; e a negativa, segunda a qual a redução das desigualdades regionais advém, em maior parte, de outros tipos de políticas que não a regional (Cavalcante, 2018).

Nos anos 2000, políticas voltadas para a situação social dos indivíduos mais pobres, tais como o Bolsa-escola e o Programa Fome Zero, mostraram-se relativamente importantes para o nível de renda dos estados nas regiões mais pobres. A política de transferência de renda de maior destaque, nos últimos anos, é o Programa Bolsa Família (PBF), que muito se diferencia das políticas regionais tradicionais focadas na atração de investimentos e políticas de crédito (Silveira Neto e Azzoni, 2012). Em síntese, o PBF auxilia o ente federado a diminuir seus índices de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade à pobreza.

1 kellyabmacedo@gmail.com

2 danyella.brito@ufpe.br

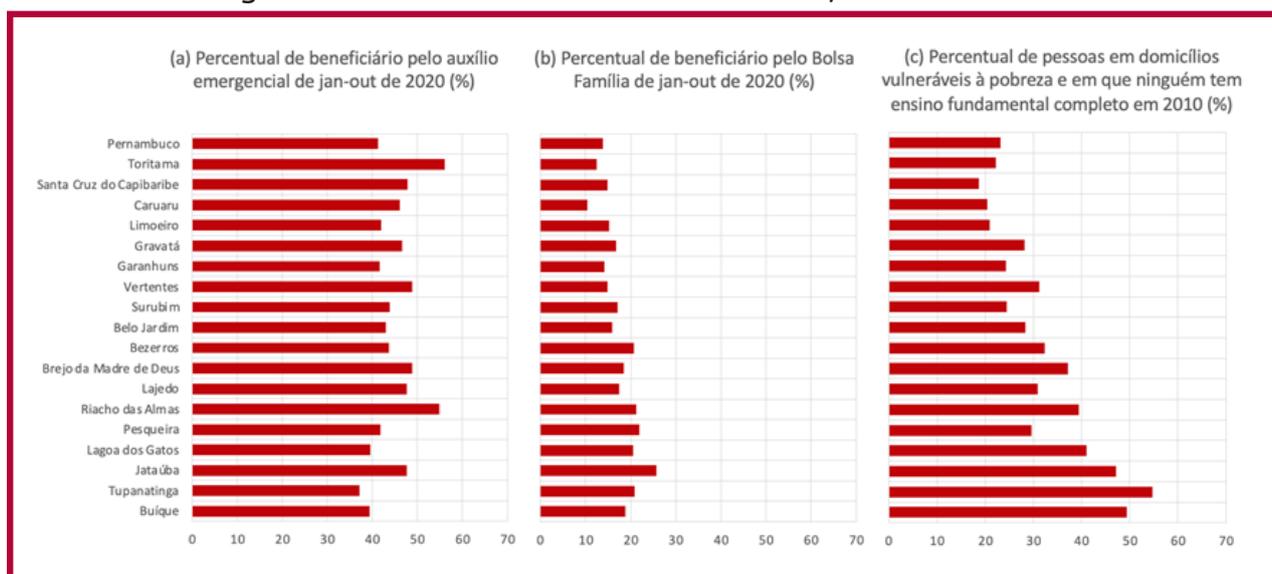
Outra importante política, que visa auxiliar financeiramente as pessoas de menor renda, foi instaurada em 2020. De caráter urgente, o Auxílio Emergencial (AE) consiste em uma das ações do governo para aliviar os efeitos negativos da crise causada pela pandemia da Covid-19 em famílias socialmente vulneráveis, como as que recebem o Bolsa Família e as que estão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O auxílio busca garantir uma renda mínima de sobrevivência para as famílias. Este estudo supõe que o AE não possui recebedores inadequados, isto é, os beneficiários do AE estão de fato em situação de pobreza ou de vulnerabilidade, em 2020.

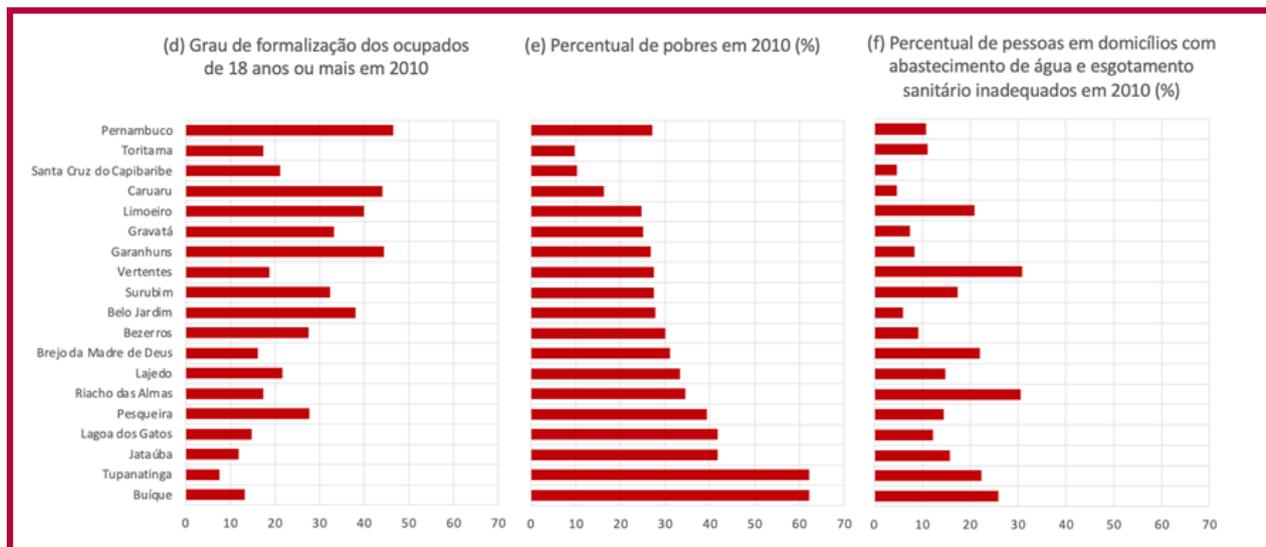
Comparando a proporção de recebedores dos referidos benefícios (AE e PBF) na população, para cada município em 2020, e o quadro socioeconômico que estes municípios apresentavam em 2010, torna-se possível investigar a dinâmica dos indicadores de pobreza e vulnerabilidade à pobreza dos municípios localizados na mesorregião do Agreste Pernambucano, à luz das políticas regionais.

A Figura 01 apresenta o cenário geral de importantes indicadores sociais para os principais municípios do Agreste Pernambucano e para Pernambuco. Os dados referentes ao percentual de beneficiários por localidade do favorecido, de janeiro a outubro de 2020, indicam que Tupanatinga (37,14%) apresenta o menor percentual de beneficiários do AE, ao passo que Toritama (56,09%) apresenta a maior proporção. Em relação ao PBF, fica evidente que Caruaru (10,45%) apresenta a menor proporção de recebedores do programa, comparativamente aos demais municípios do Agreste examinados. Por outro lado, a cidade de Jataúba (25,61%) exibe a maior proporção de beneficiários do referido programa.

Figura 01

Indicadores de pobreza e de vulnerabilidade em municípios selecionados do Agreste Pernambucano e em Pernambuco, em 2010 e 2020





Fonte: Elaboração própria, com dados da Pnud Brasil, Ipea, FJP e Portal da Transparência do Governo Federal - CGU (2020).

Especificamente em Toritama, é possível notar que o elevado percentual de pessoas recebendo o AE condiz com a situação socioeconômica da cidade. Fazendo parte do principal Polo de Confecções do estado³, a população de Toritama sobrevive majoritariamente de atividades informais, o que configura esta população como potenciais recebedores do AE, já que o auxílio busca assegurar renda especialmente para aqueles impedidos de realizar suas atividades laborais e que não possuem algum sistema oficial que o proteja. De modo concomitante, pode-se verificar no gráfico (b) que o referido município, devido a sua economia e ao rendimento médio das famílias, em grande parte, advir da realização de trabalho informal, tem o menor percentual de beneficiários do PBF (12,42%), ficando abaixo do percentual observado para Pernambuco (13,76%). Situação análoga é constatada para Santa Cruz do Capibaribe. Por outro lado, Caruaru apresenta uma situação distinta. Apesar do percentual de beneficiários da população caruaruense estar relativamente próximo dos percentuais de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, assim como os resultados observados para os outros indicadores sociais do município (Figura 01), há uma forte discrepância em termos do grau de formalização da população ocupada em 2010.

Nesse sentido, referente à razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais formalmente ocupadas e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100 (grau de formalização), fica evidente que o percentual de formalizados do total de ocupados em todos os municípios examinados do Agreste Pernambucano é inferior ao observado para o estado. Tal resultado evidencia a vulnerabilidade em termos de mercado de trabalho dos municípios do Agreste, comparativamente aos resultados de Pernambuco. A partir dos gráficos (a) e (d) podemos verificar que a alta taxa de formalidade em Caruaru no ano de 2010, desperta curiosidade quando comparada ao percentual de recebedores do AE (46,09%), pois é um município com um elevado número de trabalhadores formais e com um elevado número de vulneráveis à pobreza recebendo AE. A mesma conjuntura

3 Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama são os três principais municípios do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.

se repete para outras localidades, como Limoeiro (com um grau de formalização de 39,02% e 41,97% de sua população recebendo o AE), Belo Jardim (38,07% e 42,99%), Garanhuns (44,43% e 41,53%), Gravatá (33,22% e 46,59%) e Surubim (32,41% e 43,76%).

No tocante às cidades com baixo grau de formalização em 2010, destaca-se as localidades de Jataúba (11,91%), Lagoa dos Gatos (14,73%), Buíque (13,19%) e Tupanatinga (7,55%). Ademais, os referidos municípios do Agreste Pernambucano apresentam as maiores taxas de pessoas pobres e vulneráveis à pobreza, em 2010. Em geral, parece haver uma relação entre grau de formalização municipal e os indicadores de pobreza na mesorregião em 2010, tal que localidades com maior grau de formalização apresentaram menores percentuais de indivíduos na pobreza e de indivíduos em domicílios vulneráveis à pobreza em que ninguém tem ensino fundamental completo.

Observando o gráfico (c) e voltando-se, especificamente, para as localidades citadas anteriormente (Jataúba, Lagoa dos Gatos, Buíque e Tupanatinga), constata-se os maiores percentuais de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza em que ninguém tem ensino fundamental completo. O nível de escolaridade de um município se reflete sobre os seus indicadores socioeconômicos. Por isso, políticas governamentais voltadas para educação, além de impactar sobre os indicadores de pobreza e vulnerabilidade, pode interferir na atração de investimentos e, com isso, fomentar o desenvolvimento.

Quanto a qualidade da moradia dos indivíduos residentes do Agreste Pernambucano (gráfico (f) da Figura 01), constata-se que Santa Cruz do Capibaribe (4,67%), Caruaru (4,66%) e Belo Jardim (6%) são as cidades que apresentaram, em 2010, os menores percentuais de pessoas morando em domicílios inadequados no que se refere ao saneamento básico – valores abaixo do percentual verificado em Pernambuco (10,83%). De maneira distinta, localidades como Vertentes (30,86%) e Riacho das Almas (30,63%) apresentaram um elevado percentual da população residindo em habitações com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados. De maneira geral, não é possível estabelecer uma relação direta entre os resultados observados para o percentual de pessoas em moradia com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados e os indicadores de pobreza e vulnerabilidade à pobreza. Contudo, os resultados sobre qualidade das habitações colocam em evidência as fortes disparidades intermunicipais de acesso familiar a bens básicos na mesorregião investigada.

O caso específico de Riacho das Almas precisa ser examinado com mais profundidade, pois a localidade além de estar entre os municípios com piores indicadores de qualidade habitacional, também possuía um elevado percentual de indivíduos na pobreza e de indivíduos em domicílios vulneráveis à pobreza em que ninguém tem ensino fundamental completo em 2010, e, adicionalmente, está entre as cidades com maior percentual de beneficiários do AE em 2020. Tal resultado é um indicativo de um ciclo vicioso de pobreza, visível em 2010, e que aparentemente não sofreu grandes alterações ao longo dos últimos dez anos. Examinando os indicadores de pobreza para 2010 (gráficos (c) e (e) da Figura 01) e os indicadores de vulnerabilidade para 2020 (gráficos (a) e (b) da Figura 01), é visível que, tal como Riacho das Almas, outras localidades do Agreste Pernambucano, como Jataúba, Tupanatinga e Buíque, também aparentemente não conseguiram romper tal ciclo.

Em 2020, em relação ao recebimento do PBF, 68 dos 71 municípios do Agreste apresentam uma proporção de beneficiários maior que a proporção de recebedores estadual (13,76%). Enquanto para o auxílio emergencial, 51 dos municípios do Agreste exibem maiores proporções de recebedores do que o estado (41,23%). A visível situação desfavorável da mesorregião em 2020, comparativamente ao estado, não parece ser algo típico do referido ano. Pelo contrário, parece haver uma perpetuação desta condição ao longo dos últimos dez anos. Observando os indicadores de 2010, constata-se que, para o percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e que ninguém tem ensino fundamental completo, apenas 7,04% das localidades do Agreste apresentaram melhor situação que Pernambuco. Ao observar o grau de formalização dos ocupados, nenhum município do Agreste apresentou taxa maior que a estadual. No que se refere a proporção de pessoas em situação de pobreza, apenas 9,86% dos municípios da mesorregião estão em melhor situação que a do estado. Por fim, para o percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados, apenas 21,13% apresentam melhor situação que Pernambuco.

Tendo em vista a conjuntura apresentada, a situação de inferioridade dos municípios da mesorregião pode sugerir a falta ou a precariedade das políticas públicas regionais direcionadas ao Agreste. A falta de sensibilidade das unidades gestoras dos municípios em face aos problemas dos sistemas educacionais locais, base para o desenvolvimento, pode ser um determinante dos números apresentados. A infraestrutura social e econômica é determinante do nível de desenvolvimento dos municípios, e políticas regionais com o objetivo de mitigar as disparidades no Agreste Pernambucano são essenciais para diminuir a assimetria entre os municípios. Concomitantemente, é fundamental que cada cidade busque o seu próprio desenvolvimento, até que políticas regionais eficientes sejam executadas.

REFERÊNCIAS

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Fundação João Pinheiro - FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: banco de dados. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em 16 de novembro de 2020.

Cavalcante, L.R. Políticas de Desenvolvimento Regional no Brasil: uma estimativa de custos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 3, p. 147-171, 2018.

Cavalcante, L. R. Abrangência geográfica das políticas de desenvolvimento regional no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 407-420, 2020.

Controladoria-geral da União - CGU (Brasil). Portal da Transparência do Governo Federal: banco de dados. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em 16 de novembro de 2020.

Silveira Neto, R.; Azzoni, C. Social policy as regional policy: market and nonmarket factors determining regional inequality. **Journal of Regional Science**, v. 52, n. 3, p. 422-450, 2012.



Pobreza Rural, Concentração Fundiária e Desigualdade no Agreste Pernambucano

RAFAELA MARIA ARCANJO (MESTRADA EM ECONOMIA NO PPGECON/UFPE)¹

CYNTHIA XAVIER DE CARVALHO (DRA. EM SOCIOLOGIA, PROF^a DO NG E COORDENADORA DO NEASPE/CAA/UFPE)²

MARCIO MICELI MACIEL DE SOUSA (DOUTOR EM ECONOMIA E PROFESSOR DO NG/CAA/UFPE)³

A necessidade de combater a concentração fundiária foi apontada por Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Manuel Correia de Andrade como uma condição vital para o desenvolvimento do interior do Nordeste brasileiro. Para estes três autores, a terra constituía-se como fator de produção, mas também se configurava em um ativo de valor, permitindo a sua utilização para fins especulativos, reforçando assim, uma clássica simbiose entre concentração de riqueza e renda, a qual corroborava para a persistência da desigualdade e de um cenário de pobreza urbana e rural sobressalente.

No tocante à pobreza no Brasil e no Nordeste, a síntese de indicadores sociais (IBGE, 2020c), revela que a distribuição da população pobre pelas cinco regiões do Brasil, em 2019, se deu de forma desigual, pois a região Nordeste respondia por 27,2% da população do País, porém abarcava 56,8% das pessoas consideradas extremamente pobres, pela linha de pobreza, estipulada em US\$ 1,90 por dia pela Paridade do Poder de Compra (PPC).

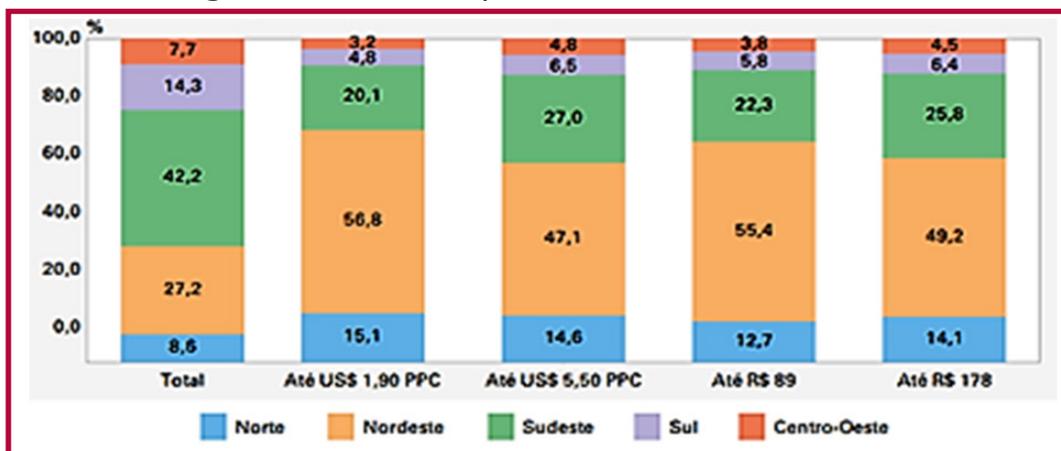
1 rafaelaarcanjo13@gmail.com

2 cynthia.carvalho@ufpe.br

3 marciomiceliufpe@hotmail.com

Gráfico 01

Percentual da população por classes de rendimento, por grandes regiões, segundo as linhas de pobreza selecionadas – 2019⁴



Fonte: IBGE (2020c).

A estratificação da sociedade por área urbana e rural demonstra que apesar da segunda ter apenas 14,7% da população, ela contribui com 34,6% de toda a pobreza estimada, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) (IBGE, 2020b). A análise da Tabela 01 mostra os domicílios rurais tendo maior percentual de moradores em situação de insegurança alimentar (SIA) para todos os anos expostos, face aos domicílios urbanos. Esse percentual de moradores em SIA veio apresentando queda, desde a PNAD de 2004, 2009 e 2013, mas de acordo com a POF (2017 – 2018) houve um acréscimo no percentual de moradores de domicílios rurais em SIA no país, superando inclusive o quantitativo de 2004.

Tabela 01

Distribuição dos moradores por situação dos domicílios particulares, segundo a situação de segurança alimentar (Brasil – 2004/2018)

Fonte (IBGE)	Situação de segurança alimentar no domicílio	Distribuição dos moradores em domicílios particulares (%)		
		Total	Situação dos domicílios particulares (%)	
			Urbano	Rural
Pnad 2004	Segurança Alimentar	60,1	62,3	49,8
	Insegurança Alimentar	39,8	37,7	50,2
Pnad 2009	Segurança Alimentar	65,9	67,1	59,7
	Insegurança Alimentar	34,1	32,9	40,3
Pnad 2013	Segurança Alimentar	74,4	76,7	59,9
	Insegurança Alimentar	25,8	23,3	40,1
POF 2017 - 2018	Segurança Alimentar	59	60,9	47,9
	Insegurança Alimentar	41	39,1	52,1

Fonte: IBGE (2020a).

4 Dados consolidados da primeira entrevista. Taxa de conversão de PPC para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e deflacionados pelo IPCA para anos recentes.

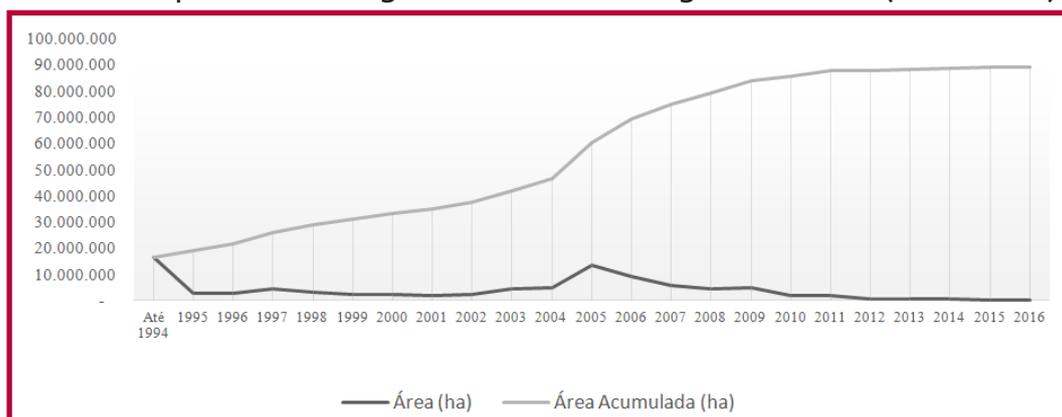
Segundo Robles (2015), a superação da pobreza urbana e rural continua a ser um desafio no século XXI, o que pode ser visto como um fator indicativo do fracasso das ações para o desenvolvimento até então. Ainda segundo o autor, dados do Banco Mundial, mostravam que em 2010, cerca de 75% dos mais pobres no mundo estavam nas áreas rurais, perfazendo 900 milhões de pessoas na pobreza absoluta, evidenciando assim, a importância da elaboração de agendas políticas capazes de quebrar o ciclo de reprodução da estrutura social perversa nessas áreas.

Deslocando a análise para o Nordeste Brasileiro, pode-se apontar uma relação virtuosa das políticas de apoio à produção e reprodução da agricultura familiar, como o Pronaf (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar), bem como as transferências governamentais (como o Programa Bolsa Família e a valorização dos mercados institucionais), às melhorias das condições de vida da população rural, especialmente as localizadas em áreas de clima semiárido, contempladas pela ocorrência de secas periódicas (Aquino, Alves e Vital, 2020), como no caso do Agreste de Pernambuco

Entretanto, uma causa histórica da desigualdade acha respaldo na questão agrária revelada pela dificuldade de acesso à terra, a qual foi intensificada pelo foco neoliberal das políticas econômicas dos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, resultando na completa paralização nos projetos de Reforma Agrária no Brasil nos últimos anos.

Vale destacar, porém, que recuos nas políticas agrárias já vinham ocorrendo no país. Ao examinar o Gráfico 02 vê-se que a partir de 2011 já se tinha quase 100% (na verdade 98,55%) do total de área incorporada à reforma agrária para todos os anos destacados, indicando que o impacto na estrutura fundiária nos últimos anos do governo Dilma Rousseff foi muito pequeno.

No Agreste de Pernambuco, região também contemplada pelo clima semiárido, a estrutura fundiária, embora tenha tido uma pequena melhora de acordo com o Censo Agropecuário 2017 face ao de 2006, continua bastante concentrada. Esse dado pode ser evidenciado a partir do cálculo do Índice de Gini para concentração de terras, baseado nos dados da Tabela 2. Em 2006 o coeficiente de Gini era de 0,85, passando para 0,80, em 2017.

Gráfico 02**Área Incorporada ao Programa de Reforma Agrária – Brasil (1994-2016)**

Fonte: Elaboração própria. INCRA. DT/DTI/DTI-2. Dados atualizados em 11/04/2017.

A desigualdade na distribuição de terras na Região também pode ser explicada pela pequena expressividade da participação percentual na área total dos estabelecimentos com menos de 10 ha. Em 2006, os estabelecimentos entre 0 ha e menos de 10 ha representavam 82,44% do total dos estabelecimentos e em 2017, 81,86%, com uma participação percentual na área total de 13,9 e 18,5 respectivamente. A persistência de elevada desigualdade fundiária configura-se com potencial de bloqueio ao desenvolvimento rural, que convive com exclusão de camponeses e povos do campo em geral, na medida em que os produtores com áreas muito pequenas geralmente não têm estrutura suficiente para gerir recursos com vistas à saída da pobreza.

Tabela 02

Número e percentual acumulado de estabelecimentos agropecuários e de área ocupada, por grupos de área total - Agreste de Pernambuco (2006 e 2017)⁵

Grupos de Área Total	2006		2017		2006		2017	
	Nº de Estab (Unid.)	%	Nº de Estab (Unid.)	%	Área dos Estab. (ha)	%	Área dos Estab. (ha)	%
De 0 a menos de 0,1 ha	14.791	10,10	4.281	3,48	334	0,02	214	0,02
De 0,1 a menos de 0,2 ha	6.749	4,61	5.372	4,37	987	0,06	795	0,07
De 0,2 a menos de 0,5 ha	12.104	8,27	11.323	9,20	3.873	0,22	3.652	0,30
De 0,5 a menos de 1 ha	14.285	9,76	13.280	10,79	8.978	0,51	8.285	0,68
De 1 a menos de 2 ha	23.648	16,15	22.453	18,25	27.939	1,58	26.692	2,20
De 2 a menos de 3 ha	15.305	10,45	14.028	11,40	32.590	1,85	29.959	2,47
De 3 a menos de 4 ha	10.098	6,90	8.947	7,27	31.465	1,78	28.022	2,31
De 4 a menos de 5 ha	6.543	4,47	5.915	4,81	26.916	1,53	24.497	2,01
De 5 a menos de 10 ha	17.193	11,74	15.134	12,30	111.994	6,35	99.070	8,15
De 10 a menos de 20 ha	12.371	8,45	10.974	8,92	160.320	9,09	143.335	11,80
De 20 a menos de 50 ha	8.102	5,53	6.982	5,67	233.694	13,25	200.638	16,51
De 50 a menos de 100 ha	2.749	1,88	2.363	1,92	181.583	10,30	156.148	12,85
De 100 a menos de 200 ha	1.339	0,91	1.159	0,94	173.560	9,84	150.713	12,40
De 200 a menos de 500 ha	855	0,58	644	0,52	244.030	13,84	183.936	15,14
De 500 a menos de 1.000 ha	194	0,13	159	0,13	126.569	7,18	103.410	8,51
De 1.000 ha em diante	96	0,07	40	0,03	398.896	22,62	55.832	4,59
Total	146.422	100	123.054	100	1.763.728	100	1.215.168	100

5 Produtor sem área incluído no grupo "De 0 a menos de 0,1 ha". Para manter a metodologia de apresentação dos dados do IBGE, que suprimiu a informação para áreas acima de 2.500 ha, visando a não identificação do informante, optou-se por finalizar a tabela com o grupo: "De 1000 ha em diante", calculando-se a diferença face ao total de área da região.

Grupo de Área Total	PAE ⁶ 2006	PAA ⁷ 2006	PAE 2017	PAA 2017
De 0 a menos de 0,1 ha	10,10	0,02	3,48	0,02
De 0,1 a menos de 0,2 ha	14,71	0,07	7,84	0,08
De 0,2 a menos de 0,5 ha	22,98	0,29	17,05	0,38
De 0,5 a menos de 1 ha	32,73	0,80	27,84	1,07
De 1 a menos de 2 ha	48,88	2,39	46,08	3,26
De 2 a menos de 3 ha	59,34	4,24	57,48	5,73
De 3 a menos de 4 ha	66,23	6,02	64,76	8,03
De 4 a menos de 5 ha	70,70	7,55	69,56	10,05
De 5 a menos de 10 ha	82,44	13,90	81,86	18,20
De 10 a menos de 20 ha	90,89	22,99	90,78	30,00
De 20 a menos de 50 ha	96,43	36,24	96,45	46,51
De 50 a menos de 100 ha	98,30	46,53	98,37	59,36
De 100 a menos de 200 ha	99,22	56,37	99,31	71,76
De 200 a menos de 500 ha	99,80	70,21	99,84	86,90
De 500 a menos de 1.000 ha	99,93	77,38	99,97	95,41
De 1.000 ha em diante	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria. Censos Agropecuários 2006 e 2017; SIDRA/IBGE.

Nesse meio, do ponto de vista teórico, Moyo, Jha e Yeros (2015) confrontam a visão de Henry Bernstein que entende que a modernização agrícola (com a inserção das relações sociais capitalistas, da tecnologia e da produtividade), como necessária às transformações estruturais, industrialização e crescimento das economias, com uma interpretação da questão agrária como a questão agrária do capital. Como se, ao se dizer resolvido o processo de acumulação, resolve-se a questão agrária como um todo. Aqui, entende-se que o excedente de

mão de obra gerado pelo processo seria absorvido por outros setores da economia, por meio da acumulação primitiva, configurando uma questão agrária do trabalho (luta camponesa reduzida à luta pelo emprego).

Porém, segundo os autores, nos últimos anos, com o avanço da globalização, do conservadorismo político e do neoliberalismo econômico, em algumas áreas existe um cenário de instabilidade e conflito, com perdas de conquistas e direitos dos camponeses, como no Brasil, exigindo novos estudos. Assim, ao invés de pensar que a questão agrária está morta, dados os avanços do capital e da produtividade no século XX, o que acontece é que o século 21 nos mostra novas questões, mas não tão diferentes das já existentes historicamente, e que são de extrema necessidade para se pensar soluções efetivas à pobreza.

6 PAE = Percentual Acumulado de Estabelecimentos.

7 PAA = Percentual Acumulado de Área.

REFERÊNCIAS

Aquino, J.R.; Alves, M.O.; Vidal, M.F. Agricultura Familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, suplemento especial, agosto, 2020. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2020.

IBGE Estatísticas Sociais. **POF 2017-2018: proporção de domicílios com segurança alimentar fica abaixo do resultado de 2004**. Agência de Notícias IBGE, 2020a. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28896-pof-2017-2018-proporcao-de-domicilios-com-seguranca-alimentar-fica-abaixo-do-resultado-de-2004#:~:text=Vale%20ressaltar%20que%2C%20em%202004,0%25%20em%202017%2D2018>>. Acesso em 09 de dezembro de 2020.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados**. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101761>>. Acesso em 28 de novembro de 2020.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais (SIS): uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020c. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads>>. Acesso em 30 de novembro de 2020.

Incra. DT/DTI/DTI-2. Disponível: <<http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>>. Acesso em 20 e 28 de julho de 2017.

Moyo, S., Jha, P. P., & Yeros, P. The Agrarian Question in the 21st Century. **Economic & Political Weekly**, 1, 2015.

Robles, W. **The Politics of agrarian reform in Brazil: the landless rural workers movement**. New York, Palgrave MacMillan, 2015.

Souza, M.S.; Teixeira, K.H. Un análisis socioeconómica de la pobreza rural en Alagoas – Brasil. **V Jornades Valenciones d' Estudis Regionals**, 2018.



As Características Multidimensionais da Pobreza no Agreste Pernambucano

EUCLÉCIA MARIA DE ARRUDA (GRADUANDA EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)¹
LUCILENA F. CASTANHEIRA CORRÊA (DOUTORA EM ECONOMIA E PROFESSORA DO NG/CAA/UFPE)²
ROSA KATO (DOUTORA EM ECONOMIA E PROFESSORA DO NG/CAA/UFPE)³

A privação humana sob a perspectiva da insuficiência de renda e carência na aquisição de determinados bens materiais, culminam no estado de pobreza de um indivíduo ou de uma família. Sen (2000); Kerstenetzky, Vecchio e Carvalho (2011); Nussbaum (2000), Alkire (2005) levantam a importância em agregar mais variáveis que representem a qualidade de vida pois, em situações, por exemplo, de famílias com o mesmo nível de renda e com acessos diferenciados a serviços públicos, as condições de vida das famílias pobres são modificadas completamente.

Os estudos da pobreza precisam ir em busca pela compreensão dos aspectos nos quais esse fenômeno está estruturado, pois, defendem que a pobreza quando tratada como carência de qualidade de vida, é possível estender essa análise agregando várias características que veem demonstrar esse cenário de privação. Logo, não se pode afirmar que a solução está apenas na insuficiência da renda monetária ou no consumo, pois “um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome menos ou um pouco mais” (SANTOS, 2009, p.18). Wagle (2008), corrobora com essa visão, pois defende que esse estágio de privação transcende a privação resultante da renda monetária, ou seja, a pobreza possui características multidimensionais e que precisam ser analisadas.

Vale ressaltar que o conceito multidimensional da pobreza tem como base a teoria das capacitações de Amartya Sen, onde defende que o estudo sobre pobreza precisa levar em consideração a observação do *processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam*. Pois, a expansão da liberdade humana depende de fatores econômicos (crescimento econômico, aumento da renda das famílias, industrialização e avanço tecnológico), do acesso à educação, à saúde e aos direitos civis (SEN, 2000).

1 euclecia2011@gmail.com

2 lucilena.fcastanheira@gmail.com

3 rosakato8@gmail.com

Diante desse cenário, é necessário procurar mostrar as facetas que compreendem a privação nas condições de vida de vários grupos sociais, através dos seguintes vetores: educação, saúde e condições de vida, além da renda monetária. Diante do exposto, o atual estudo vem demonstrar a pobreza através das suas características multidimensionais, para o estado de Pernambuco, bem como os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Vale ressaltar que esses três municípios compõem o centro econômico dinâmico da região do agreste pernambucano, o “polo têxtil”.

No primeiro momento, a pobreza e a pobreza extrema, será analisada sob a ótica unidimensional, ou seja, apenas através da renda domiciliar per capita, adotando a linha de pobreza e pobreza extrema, a mesma assumida pelo Governo Federal no ano de 2010 para determinar os beneficiários do Programa Bolsa Família. Seguindo essa metodologia, e usando o Censo Demográfico de 2010 sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a linha de pobreza será determinada pelo domicílio com renda domiciliar per capita inferior ou igual a R\$ 140,00 e a linha de extrema pobreza domicílios que possuíam uma renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$70,00, conforme exposto na Tabela 01.

Tabela 01

Proporção de Pobres e Extremamente Pobres em 2010 (%)

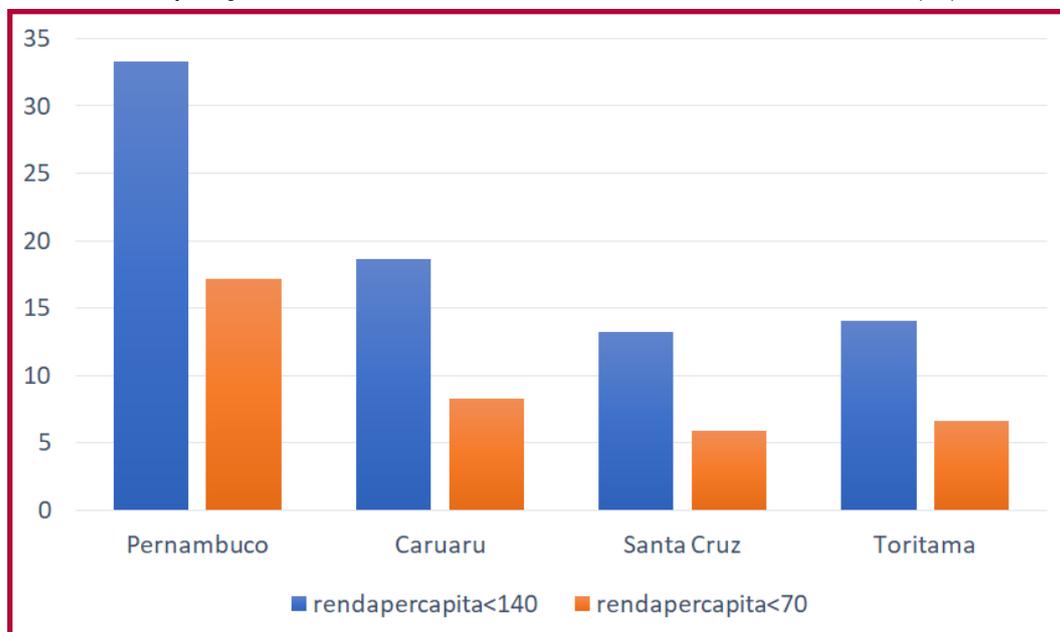
	Pernambuco	Caruaru	Santa Cruz do Capibaribe	Toritama
Linha de Pobreza	33,3	18,6	13,2	14,0
Linha de Extrema Pobreza	17,2	8,24	5,9	6,6

Fonte: Elaboração própria, com dados do Censo Demográfico/IBGE (2010).

Diante dos dados demonstrados na Tabela 01, é possível sinalizar um cenário passível de preocupação, ou seja, pelo fato de que no período analisado, aproximadamente um terço da população do estado de Pernambuco está inserida dentro da linha de pobreza adotada pelo governo Federal. Comparada a proporção de pobres e extremamente pobres do estado, os três municípios apresentaram uma situação amena, Caruaru que apresentou maior proporção de pobres (18,6%) e extremamente pobres (8,24%), esse valor foi inferior em 44,14% e 47,90% do encontrado no estado, respectivamente. No Gráfico 01 é possível visualizar expostas na Tabela 01.

Gráfico 01

Proporção de Pobres e Extremamente Pobres em 2010 (%)



Fonte: Elaboração própria, com dados do Censo Demográfico/IBGE (2010).

A avaliação da pobreza a partir do foco multidimensional será composta por três dimensões (educação, saúde e condições de vida) e oito indicadores. A escolha das dimensões e dos indicadores foi baseada na composição do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O Quadro 01 apresenta as dimensões e seus indicadores.

Quadro 01

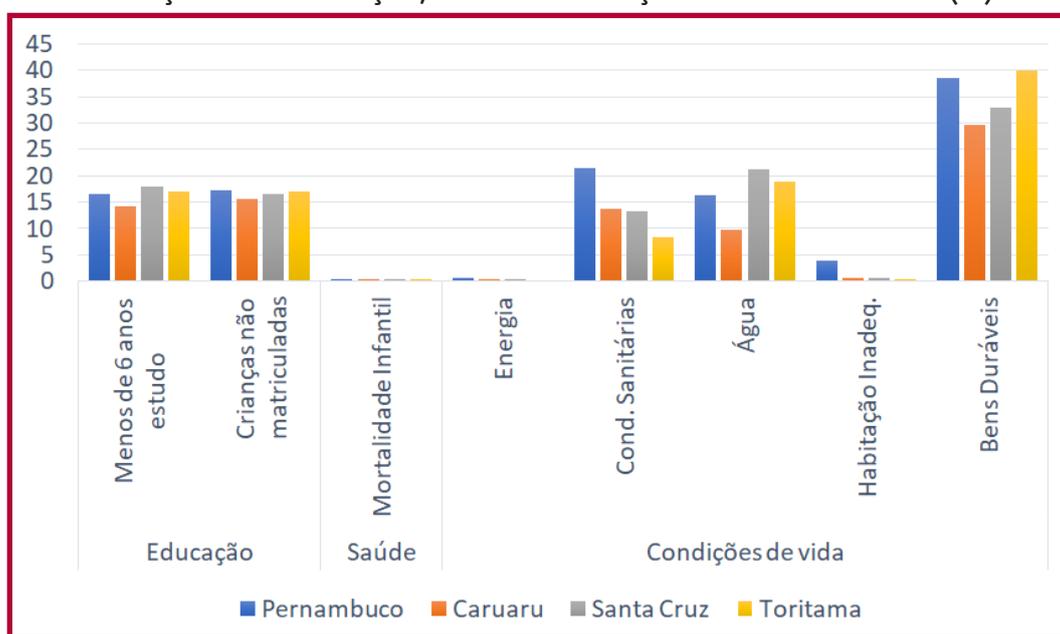
Dimensões da Pobreza

Dimensões	Indicadores
Educação	11 - Crianças acima de 11 anos e adultos com menos de 06 anos de estudo. 12 - Crianças não matriculadas na escola no ano de referência.
Saúde	13 - Mortalidade infantil no domicílio.
Condições de vida	14 - Não tem acesso à energia. 15 - Condições sanitárias inadequadas. 16 - Não tem acesso a água potável no domicílio. 17 - Material das paredes do domicílio inadequadas. 18 - Bens duráveis: rádio, televisão, geladeira e celular.

O Gráfico 02 apresenta as percentual de privações em educação, saúde e nas condições de vida em Pernambuco, Caruaru, Santa Cruz e Toritama em 2010. No estado de Pernambuco o maior percentual de privação foi na dimensão condições de vida com 38,50% no indicador bens duráveis e a menor privação foi o acesso a energia elétrica (0,68%). Na comparação da pobreza multidimensional nos municípios analisados, Caruaru teve menores percentuais de privação que o estado de Pernambuco em sete indicadores (I1, I2, I4, I5, I6, I7 e I8), resultado oposto do encontrado na análise unidimensional.

Gráfico 02

Privações em Educação, Saúde e Condições de vida em 2010 (%)



Fonte: Elaboração própria, com dados do Censo Demográfico/IBGE (2010).

Em 2010, a privação educacional de Pernambuco é significativa, 16,44% de adultos e crianças (acima de 11 anos) com menos de 6 anos de estudo e 17,21% crianças não matriculadas. Entre os municípios, as maiores privações foram: Santa Cruz com 17,89% de adultos e crianças (acima de 11 anos) com menos de 6 anos de estudo e Toritama com 16,92% dos domicílios com crianças não matriculadas.

Quanto a saúde, a mortalidade infantil foi 0,05% para Pernambuco e Santa Cruz e 0,06% para Caruaru e Toritama, sendo esta a dimensão de menor privação. Na dimensão condições de vida, de maneira geral, os municípios apresentam menores privações que o resto do estado.

Na comparação de privação entre dimensões, observa-se que elas são maiores na condição de vida na aquisição de bens duráveis. Nesse acesso à bens duráveis estão os veículos de informações, ter posse de televisão, telefone e computador são meios essenciais para obtenção e construção de conhecimento que equivale à capacidade humana "*senses imagination and thought*". Embora a dimensão educação tenha tido níveis percentuais de privação menores que bens duráveis, ela é a forma mais importante de construção do conheci-



mento, é um dos meios mais importantes de que uma família pode dispor para satisfazer suas necessidades. E ao olhar o nível educacional dos adultos observa-se a existência de pobreza intergeracional e ver que existem crianças não matriculadas acabará surtindo em um círculo vicioso da pobreza. Cabendo a ação do Estado em melhorar o acesso à educação dessa população mais carente do Agreste Pernambucano.

REFERÊNCIAS

Alkire, S. Why the Capability Approach? **Journal of Human Development**, v. 6, n. 1, p. 155-133, 2005.

Arruda, B.K.G.; Arruda, I.K.G. Pobreza e desenvolvimento humano. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**. Recife, 7 (4): 457-460, out. / dez., 2007.

Kerstenetzky, C.L.; Vecchio, R. D.; Carvalho, M.M. **Uma metodologia para estimação da pobreza multidimensional aplicada as regiões metropolitanas brasileiras – 2003 e 2008**. Cede, 2011.

Nussbaum, M. **Women and Human Development: The Capabilities Approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

Santos, M. **Urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2009.

Sen, A.K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Wagle, U.R. **Multidimensional Poverty Measurement: Concepts and Applications**. New York: Springer, p. 1-208, 2008.



O Papel das Ações Afirmativas no Combate às Armadilhas de Pobreza

DOUGLAS DE ARAÚJO DA SILVA (GRADUANDO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)¹

ALINE OLIVEIRA SILVA (BACHAREL EM ECONOMIA PELO CAA/UFPE)²

ANDREZA DANIELA PONTES LUCAS (DOUTORA EM ECONOMIA E PROFESSORA NG/CAA/UFPE)³

A existência da pobreza e sua continuidade ao longo dos séculos pode ser justificada por um círculo vicioso, onde o próprio sistema e o molde estrutural (econômico, social e político) condicionam a essa situação, que é caracterizada por um subdesenvolvimento em diversos setores; educação, saúde, infraestrutura, entre outros (Cintra, 2007). Para compreensão do funcionamento desse “círculo vicioso do atraso e da pobreza” é possível utilizar-se do conceito do “Princípio de Causação Circular Cumulativa” de Myrdal (1997), onde o sistema regional cria ou aprofunda desigualdades já existentes e essas desigualdades são uma barreira ao desenvolvimento local, alimentando continuamente as disparidades econômicas e sociais.

As armadilhas de pobreza acontecem nesse contexto de desigualdade, onde a situação atual do indivíduo o impossibilita de se desenvolver e, conseqüentemente, sair da pobreza. Essas armadilhas podem se dar de diferentes maneiras, um exemplo trazido por Myrdal (1997), é de um indivíduo marginalizado por ser negro; ele não tem um bom desempenho profissional por ser discriminado e vive em pobreza, o que acarreta em uma situação precária de nutrição, educação e saúde, que por sua vez acentua a pobreza e a falta de oportunidade.

Outro exemplo de armadilha de pobreza, com relação a educação, são famílias que não obtiveram acesso a um bom nível de escolaridade e, conseqüentemente, enfrentam mais dificuldades para conseguir um bom emprego e custear uma boa educação para seus filhos, que futuramente terão as mesmas dificuldades em conseguir uma renda satisfatória para suprir as necessidades educacionais. Myrdal (1997) utilizou a causação circular como justificativa para um “equilíbrio geral” inexistente ou ineficiente, que aprofunda as desigualdades econômicas e sociais, em contrapartida, ele apresenta o círculo virtuoso resultante de políticas assertivas, onde através de melhorias iniciais se encaminham novas melhorias, assim, encerrando as armadilhas de pobreza.

1 douglas.araujosilva@ufpe.br

2 alinesilva.bj@gmail.com

3 andreza.lucas@ufpe.br



Nesse contexto, as “ações afirmativas” se colocam como políticas estimuladoras de um círculo virtuoso, podendo ser compreendidas como atuações em busca da redução de desigualdades estruturais e culturais. O termo surgiu nos Estados Unidos, segundo Moehlecke (2002), na década de 60, quando a população negra reivindicou uma postura ativa do governo através de políticas de melhorias que fossem além das leis antissegregacionistas que se instalavam naquele interim, um segundo termo também adotado em outros países é “ação ou discriminação positiva”.

Dentre os tipos de ações afirmativas encontram-se as voluntárias, obrigatórias ou mistas, podendo estas serem de iniciativa pública ou privada, a partir de programas, leis, informações ou agências de fomento e regulamentação. Essas ações também podem ser compreendidas como uma preferência especial para grupos discriminados ou reparação por danos e redistribuição de oportunidades, um dos exemplos mais conhecidos dessa atuação são as cotas (Moehlecke, 2002).

Entre os setores sedentos por políticas que reduzam as desigualdades está a educação, sendo esta a base para a melhoria da sociedade, Cintra (2007) argumenta acerca da sua importância, que impulsiona o desenvolvimento no país como um todo e é capaz de reduzir a pobreza, a desigualdade e o subdesenvolvimento das diversas áreas. É importante salientar que barreiras no acesso à educação podem direcionar a uma armadilha de pobreza, limitando a evolução do indivíduo e até conduzindo-o à marginalidade (pobreza, criminalidade, desemprego) por não possuírem uma qualificação que os insira no mercado profissional.

A correlação entre renda e nível de escolaridade é positiva, logo, é possível inferir que indivíduos com uma renda melhor geralmente possuem mais competência profissional, que muitas vezes é resultado de um nível de escolaridade maior ou de uma melhor qualidade educacional, ao mesmo tempo que, muitas das desigualdades de renda já existentes podem ser explicadas pelos diferentes níveis de escolaridade (Bonadia, 2008).

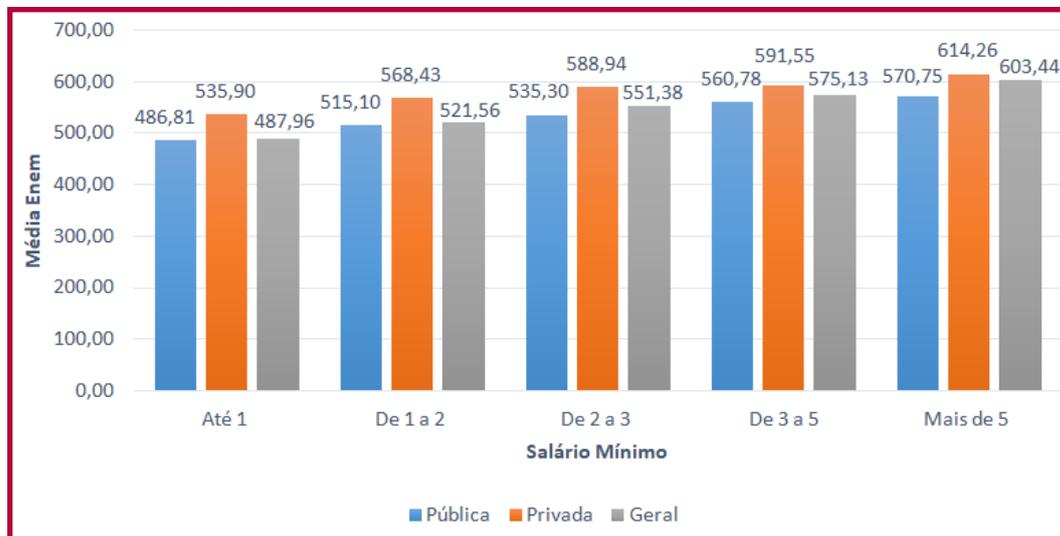
Compreendendo melhor a relação entre escolaridade, renda e pobreza é possível dissertar que a pobreza pode ser percebida através de diversas facetas, e comumente utiliza-se definições baseadas na renda dos indivíduos, devido a sua aplicabilidade em mensuração. A renda e a pobreza possuem uma correlação negativa, pois, quanto maior a renda do indivíduo mais necessidades são supridas, desde as mais básicas (que definem a pobreza absoluta) as mais complexas (que definem a pobreza relativa).

Contextualizando a temática a nível regional, este boletim utiliza de dados dos inscritos residentes do Agreste Pernambucano no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2019, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sendo considerado apenas os inscritos que estiveram presentes nos dois de aplicação do Exame e não deixaram a redação em branco, e utilizou-se como referência o salário mínimo em 2019 (R\$ 998,00).

No Gráfico 01 é possível observar as médias obtidas no Exame na região escolhida, o tipo de escola frequentada e a variação das médias a partir das faixas de salário mínimo.

Gráfico 01

Média do Enem por Faixa de Salário Mínimo do Agreste de Pernambuco, 2019

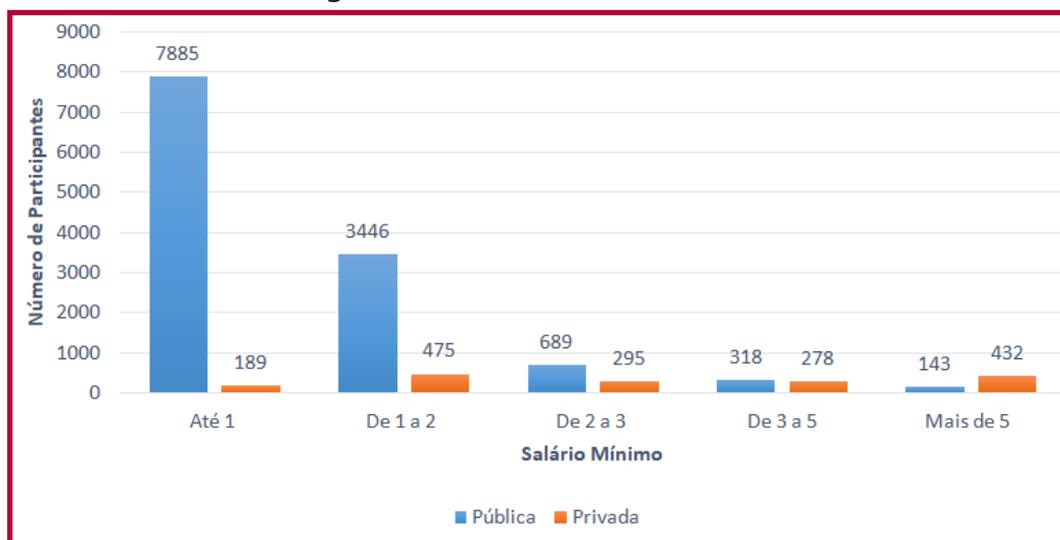


Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do INEP (2019).

A média dos participantes, no Enem 2019, residentes no Agreste de Pernambuco advindos da rede privada foi superior as demais em todas as faixas de salário mínimo, sendo evidente a tendência do aumento das médias quanto maior for a faixa salarial. Fica explícito que a média dos participantes que estudaram em instituições privadas eleva a média geral nas cinco divisões presentes no Gráfico 01. O Gráfico 02 traz o total de participantes do Enem e a sua distribuição a partir do tipo de escola frequentada no ensino médio.

Gráfico 02

Número de Participante do Enem por Faixa de Salário Mínimo do Agreste de Pernambuco em 2019



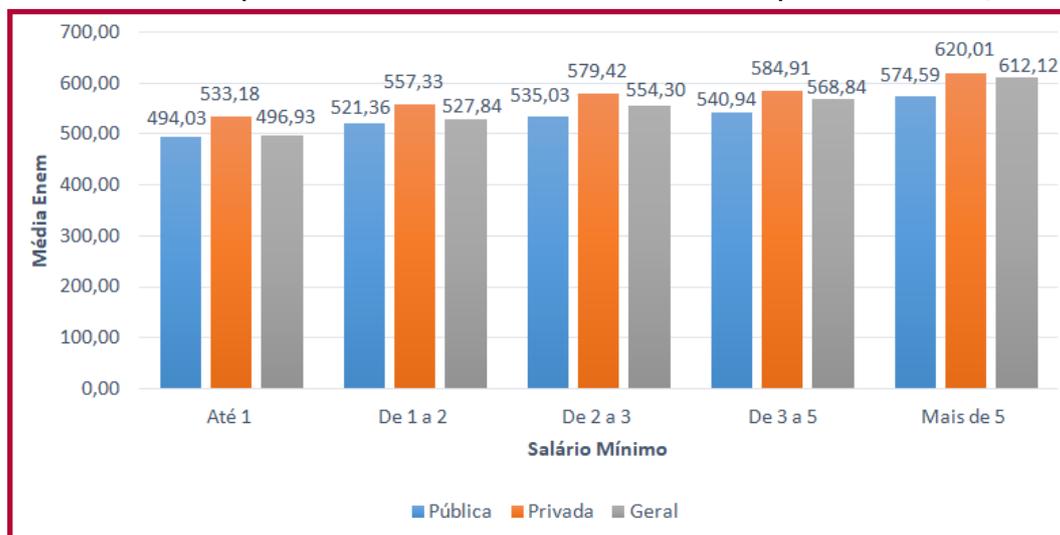
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do INEP (2019).

Ao comparar os dados do Gráfico 01 com o Gráfico 02, é possível evidenciar a discrepância em relação ao número de participantes do Enem que estudaram na rede pública e privada, sendo majoritariamente de alunos de instituições públicas nas faixas de renda inferiores, perdendo a diferença entre 3 e 5 salários mínimos, mas somente sendo maioria de instituições privadas os que possuem mais de 5 salários mínimos. Indicando assim que a maioria dos participantes do Enem advém do ensino público, nos quais buscam ingresso no ensino superior por meio de bolsas totais ou parciais, além do financiamento.

O Gráfico 03 representa as informações já detalhadas anteriormente, mas em específico para a cidade de Caruaru. Neste, é notório que a relação entre os dados observados no Gráfico 1 se repetem no município de Caruaru, o mais populoso do Agreste de Pernambuco e um dos mais ricos; os participantes que frequentaram instituições de ensino privada apresentam notas superiores em todas as divisões presentes, chegando a uma diferença de 45,42 entre participantes de rede privada e pública com mais de 5 salários mínimos. Além de que a média geral continua sendo superior ao dos que frequentaram a rede pública, indicando que a média da rede privada influenciou positivamente na média geral.

Gráfico 03

Média do Enem por Faixa de Salário Mínimo do Município de Caruaru, 2019



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do INEP (2019).

Nesse cenário reitera-se que as ações afirmativas representam uma medida importante na redução das desigualdades de oportunidade, uma vez que através de um melhor nível educacional é possível sair de círculos viciosos e conquistar um nível de desenvolvimento (intelectual e profissional) que dantes seria impossível sem uma política de redução das disparidades.



REFERÊNCIAS

Bonadia, Paula Rocha. **A Relação Entre o Nível de Escolaridade e a Renda no Brasil**. Monografia. IBEMEC – Faculdade de Economia e Administração, São Paulo, 2008.

Cintra, Marcos. **Educação e pobreza**. Folha de S. Paulo, 2007. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14883/Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20pobreza%20-%20Folha%20de%20S.%20Paulo.pdf>>. Acesso em 08 de dezembro de 2020.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **ENEM**: Microdados do Exame Nacional do Ensino Médio. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enem>>. Acesso em 03 de dezembro de 2020.

Moehlecke, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, novembro/ 2002.

Myrdal, Gunnar. **Aspectos políticos da teoria econômica**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1997.



É de inteira responsabilidade do(s) autor(es) desta edição do Boletim os conceitos e opiniões emitidos, não refletindo necessariamente a opinião da Comissão de Estudos Econômicos e do Conselho Editorial do Observatório Econômico do Corecon-PE.



Presidente: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Vice-Presidente: André Lima de Moraes

Conselheiros Efetivos: Bruna Rodrigues Florio
Diógenes Sócrates Robespierre de Sá
Francisco José Couceiro de Oliveira
João Albuquerque da Silva
José André de Lima Freitas da Silva
Monaliza de Oliveira Ferreira
Rafael Ramos da Conceição

Conselheiros Suplentes: Fábio José Ferreira da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Janiza Lima Ribeiro de Albuquerque
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Paulo Roberto de Magalhães Guedes
Poema Isis Andrade de Souza
Severino Ferreira da Silva

Conselheiro Federal: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Gerente Executiva: Rayssa Kelly Melo das Mercês

Comitê Editorial: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
André Lima de Moraes
Fábio José Ferreira da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Monaliza de Oliveira Ferreira
Rafael Ramos da Conceição

Projeto Gráfico: Erivaldo Sousa

Correspondência: Corecon/PE - Rua do Riachuelo, 105 - sala 212.
Ed. Círculo Católico - Boa Vista - Recife, PE.
CEP: 50.050-400
Tels.: 81 3039-8842 | 3221-2473 | 99985-8433

coreconpe@coreconpe.gov.br
www.coreconpe.gov.br

Boletim produzido em parceria entre
o **Corecon-PE** e a **UFPE/CAA**



/CoreconPE



@PECorecon



/corecon.pe